



MISSÃO e Testemunhos

DIREITOS HUMANOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.
UM TEMA NOVO EM CIMA DA MESA?

com um aumento de 2°C.

Os eventos climáticos extremos, como ciclones e inundações, afetam as infraestruturas de água e saneamento, deixando para trás a água contaminada e contribuindo, assim, para a disseminação de doenças transmitidas pela água. Os sistemas de esgotos, especialmente nas áreas urbanas, também serão afetados pelas AC.

As AC ameaçam por exemplo o direito das pessoas a uma habitação adequada, devido ao aumento dos eventos climáticos extremos, como a seca, erosão do solo, inundações e aumento do nível do mar que irão impulsionar o aumento das migrações para os contextos urbanos, com muitos a deslocarem-se para bairros sem infraestruturas.

Agravam ainda as desigualdades, pois interagem com outros fatores desencadeando novas vulnerabilidades ou aumentando as já existentes. Como consequência, os efeitos das AC são desproporcionalmente sentidos por aqueles que estão sujeitos a discriminação de diferentes motivos. O IPCC alerta para o facto de as pessoas que já são social, económica, cultural, política, institucionalmente ou de outra forma marginalizadas serem especialmente vulneráveis às AC. O aumento desta vulnerabilidade raramente é devido a uma única causa. Em vez disso, é o produto de processos sociais que se cruzam, resultando em desigualdades na situação socio-económica, opor-

tunidades, rendimento, bem como na exposição aos riscos. Tais processos sociais incluem, por exemplo, discriminação com base no género, classe social, etnia, idade e (in)capacidades. Como consequência da discriminação existente, mulheres, crianças, pessoas que vivem na pobreza e povos indígenas estão entre os grupos mais afetados pelas alterações climáticas.

Os riscos relacionados com estas mudanças agravam as desigualdades de género preexistentes, criando cargas de trabalho maiores, riscos ocupacionais e maior mortalidade, que afetam desproporcionalmente as mulheres. A situação marginalizada das mulheres em muitas sociedades significa que os impactos das AC irão aumentar os encargos impostos às mulheres, pois geralmente assumem a responsabilidade pelo cuidado infantil e doméstico, como obtenção de alimentos, combustível e água, que podem se tornar mais onerosos em situações de escassez, desastre natural ou migração.

O direito à autodeterminação está também especialmente em risco para estados insulares de baixa altitude, cuja existência territorial é ameaçada pelos efeitos diretos (como a subida do nível do mar) e indiretos das mudanças climáticas. As alterações climáticas também ameaçam o direito à autodeterminação de muitos povos indígenas como consequência da perda de seus territórios tradicionais e fontes de subsistência.

Outros aspetos importantes do direito à autodeterminação incluem o direito de um povo não ser privado dos seus próprios meios de subsistência. Embora o direito a um ambiente saudável não seja reconhecido diretamente em qualquer tratado internacional de direitos humanos, várias disposições de diferentes tratados contribuíram para o reconhecimento de tal direito. Dado o impacto das alterações climáticas no direito a um ambiente saudável, é claro que este problema ambiental é mais um desafio para a defesa e promoção dos direitos humanos.

É ao ambiente que a humanidade vai buscar todos os recursos de que necessita para viver. Colocando em risco o ambiente, colocamos em risco os direitos ambientais e por consequência direta os direitos económicos, culturais e sociais. Desequilibrando a biodiversidade pelas alterações climáticas, colocamos em causa a organização do território e o modo de vida dos povos. Os direitos civis e políticos serão colocados em causa. Os direitos ambientais são transversais a todos os direitos humanos. É por isso urgente o seu respeito e o respeito pela natureza, pelo mundo em que vivemos na sua fragilidade e equilíbrio. O mundo é de todos, tal como os direitos humanos.

Texto: Ana Rita Antunes, ZERO
— Associação Sistema Terrestre Sustentável,
e Pedro A. Neto, Amnistia Internacional - Portugal
Fotos: Ejaugsburg; CDI



CAMINHO QUARESIMAL: A ORAÇÃO, A ESMOLA E O JEIUM

MENSAGEM DO PAPA FRANCISCO PARA A QUARESMA 2018

“Dedicando mais tempo à oração, possibilitamos ao nosso coração descobrir as mentiras secretas, com que nos enganamos a nós mesmos, para procurar finalmente a consolação em Deus. Ele é nosso Pai e quer para nós a vida.”

“A prática da esmola liberta-nos da ganância e ajuda-nos a descobrir que o outro é nosso irmão: aquilo que possuo nunca é só meu.”

“Por fim, o jejum tira força à nossa violência, desarma-nos, constituindo uma importante ocasião de crescimento.”



Foto: João Cláudio Fernandes

“Se por vezes parece apagar-se em muitos corações o amor, este não se apaga no coração de Deus! Ele dá-nos sempre novas ocasiões para podermos recomeçar a amar.”

eu participo na Obra S. Pedro Apóstolo

DAR UM ROSTO À ESPERANÇA

Nome: _____
Morada: _____
Código Postal: _____
Localidade: _____
NIF: _____
Assinatura _____

SIM, desejo colaborar na Campanha "DAR UM ROSTO À ESPERANÇA", contribuindo desta forma para a formação de um clero nas Missões, para o que envio um cheque no valor de:

5 Euros 25 Euros 50 Euros 100 Euros 200 Euros
 400 Euros — (Uma bolsa de estudos completa) _____, _____ Euros

Dados bancários para transferência:
OBRA DA PROPAGACÃO DA FÉ
Nº Conta — 23521434 NIB — 0033 0000 0002 3521 434 05
Banco Millennium — BCP

Favor preencher e enviar para:
OBRAS MISSIONÁRIAS PONTIFÍCIAS
Rua Ilha do Príncipe, 19
1170-182 LISBOA

NB: Agradecemos o envio do seu NIF para efeitos fiscais.

Muito obrigado a todos os que nos enviam os seus donativos, para esta obra. Todos os dias, às 5 horas da tarde, na Basílica de S. Pedro, em Roma, é rezada uma eucaristia pelas intenções dos colaboradores das Obras Missionárias Pontifícias.



Nº 1 Ano 16
Janeiro/Febrero/Março
2018

Publicação Periódica Trimestral
Obras Missionárias Pontifícias

Preço de Capa
0,91 Euro

DIRECTOR
Pe. António Manuel Batista Lopes, SVD

PROJECTO GRÁFICO
João Cláudio Fernandes

MISSÃOZINHA OMP
Anna Kudelska

PROPRIEDADE E EDIÇÃO
Direcção Nacional de Propagação da Fé

SEDE, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Ilha do Príncipe, 19
1170-182 LISBOA
Tlf: (+351) 21 814 84 28
Email: missao.omp@netcabo.pt
Homepage: www.opf.pt
Estatuto editorial: https://www.opf.pt/index.php/missao-omp

EXECUÇÃO GRÁFICA:
SERSILITO
Trav. Sá e Melo, 209 - Gueifães
Apt.1208 - 4471-909 MAIA
Registo na ERC nº 104247

Depósito Legal Nº 192499/03
NIPC 501 192 019 - I.S.S.N. - 1647 - 9203

TIRAGEM: 5 000 exemplares

FOTOGRAFIA:
João Cláudio Fernandes; Madi Robson;



Foto: Madi Robson

Sereis minhas testemunhas
P. António Manuel Batista Lopes, SVD

Editorial

“*Ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judeia e Samaria e até aos confins do mundo*” (Actos dos Apóstolos 1,8).

Sem testemunhas não é possível transmitir a experiência de Deus. Uma experiência vivida com Jesus. Uma experiência sentida no mais profundo do ser. Uma experiência que transforma, que nos faz cair com os fardos do saber feito, do saber lido e estudado, de ideias construídas e acumuladas de bafo residual e generalista, para nos fazer levantar com o olhar novo de uma experiência nova, de uma vida transformada pelo Espírito que “faz novas todas as coisas”.

Jesus envia os seus discípulos a anunciar a Boa Nova = Evangelho. Não lhes pede para transmitir uma doutrina, um culto, uma organização religiosa. Não os imagina como mestres, escribas, sacerdotes, liturgistas, canonistas, moralistas... vê-os como Testemunhas.

Testemunhas em cuja vida se pode intuir e captar a força salvadora, libertadora, humanizadora de Jesus quando é acolhido com fé e com amor. Testemunhas que comunicam a sua experiência de Jesus, que irradiam o seu estilo de vida e a esperança que faz surgir pessoas novas, comprometidas em construir uma sociedade nova, a “cidade do amor”, mais conforme com o projeto e desejo amoroso de Deus.

“Sem testemunhas não é possível transmitir a experiência de Deus. Uma experiência vivida com Jesus. Sejam testemunhas alegres e crentes de Jesus Ressuscitado.”



Participantes no curso de formação das OMP em Roma

Nos dias 24 de janeiro e 03 de fevereiro de 2018, no Centro Internacional de Animação Missionária (CIAM), em Roma, 30 missionários, padres, religiosos e leigos de sete países de língua portuguesa: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Timor Leste e Portugal encontraram-se para um curso de atualização em missiologia promovido pelo P. Fabrizio Meroni, Secretário Geral da Pontifícia União Missionária (PUM) e Diretor do CIAM e diretor da Agência Fides, e com a coordenação do P. António Lopes, diretor das OMP Portugal.

“A atividade missionária “ainda hoje representa o máximo desafio para a Igreja” e “a causa missionária deve ser (...) a primeira de todas as causas”. Que sucederia se tomássemos realmente a sério estas palavras? Simplesmente reconheceríamos que a ação missionária é o paradigma de toda abra da Igreja.”

(Evangelii Gaudium, 15)

Na celebração que deu início ao encontro, D. Giovanni Pietro Dal Toso lembrou a importância desta formação como um processo que contribui para a revitalização das Obras Missionárias a partir da experiência de cada pessoa presente.

No curso desenvolveram-se vários temas que ajudaram a uma reflexão serena sobre a atividade da missão.

Com o tema “Sem a Palavra não há Missão”, o P. António Lopes, procurou fazer uma leitura do que entende por Palavra e como ela deve levar à Missão. Anunciar ou proclamar a Palavra revelada com a sua originalidade e as suas consequências é a missão da Igreja. Todo o povo de Deus é um povo enviado, pelo que a missão de anunciar a Palavra, consequência do batismo, é responsabilidade de todos os discípulos de Jesus Cristo. Coube ao P. António Leite, SVD, apresentar a Carta Apostólica do Papa Bento XV “Maximum Illud. Passos para um centenário”. O Papa Francisco lembrou a atualidade deste documento papal e confiou à Congregação para a Evangelização dos Povos e às Pontifícias Obras Missionárias a tarefa de sensibilizar para o Mês Missionário Extraordinário de Outubro de 2019. Tudo o que Bento XV pretendeu expressar continua ainda inadiável: “que todas as comunidades se esforcem por usar os meios necessários para avançar no caminho duma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão” (EG 25). Com espírito profético e ousadia evangélica, a Carta Apostólica Maximum Illud exorta a sair para testemunhar a vontade salvífica de Deus através da missão universal da Igreja.

Nessa missão universal, há luzes e sombras, daí que o P. Tony Neves, CSSp, nos levasse pelos documentos “Ad gentes, Evangelii Nuntiandi, Redemptoris Missio, Caritas in Veritate, Evangelii Gaudium e Laudato si” para vermos o que a missão propõe à Igreja no pós-Vaticano II. Apresentou uma missão cheia de alegria mas que requer hoje, mais do que ontem, uma grande preparação para ser anunciada como convém “nos novos areópagos da cidade”.

O P. Jaime Patias, IMC, ao falar da “Dimensão missionária das Igrejas locais” e da “Igreja em saída na perspectiva ad gentes”, sublinhou que na Evangelii Gaudium “a Igreja é missionária por natureza” (EG 2), convocando para uma missão ampla de uma Igreja com um coração universal. Já o Bento XVI,

convidava “as Igrejas locais de todos os continentes a uma partilha pois é urgente a necessidade de relançar a ação missionária diante dos múltiplos e graves desafios de nosso tempo”. Pode uma Igreja local ser de Cristo dispensando o princípio da universalidade e da comunhão com outras Igrejas? O último dia de formação teve como tema



“Igreja e missão. Que Igreja e que Missão? Mês Missionário Extraordinário em Outubro 2019”, com o Pe. Fabrizio Meroni. Na sua apresentação, lembrou a importância de compreender a missio ad gentes como o paradigma de toda a vida e obra da Igreja. É importante, sublinhou, que nos interroguemos sobre o desinteresse da missão ad gentes nas igrejas que se dizem missionárias.

O P. António Lopes apresentou o tema “Missão como sentinelas da aurora. Que futuro promete e prepara?” Num contexto de crise, económica, ecológica, política, religiosa e social a nível global, o missionário tem de ser mais ponte e diálogo, tecendo redes de relação. Somente poderemos sair ao exterior

seguros de nós mesmos, como “sentinelas da aurora”, se encontrámos e experimentámos Deus na Igreja e na vida. É que sem experiência de Deus não é possível falar de Deus. E para poder ser missionária, a Igreja deve ser reconhecida como o lugar da experiência de Deus. Só assim se pode tornar “acolhedora, livre, fiel, pobre de meios e rica no amor”.

No curso também caminhamos pelos caminhos de São Francisco de Assis e de Santa Clara. Fizemos a experiência dos primeiros cristãos celebrando nas catacumbas de Priscila. Vivemos momentos intensos junto do túmulo de São Pedro onde celebrámos a eucaristia. E na Praça de São Pedro, na audiência geral, pudemos escutar uma saudação especial do Papa Francisco.

Visitámos a sede da Congregação para a Evangelização dos Povos e das Obras Missionárias Pontifícias. Aí escutámos os secretários gerais o P. Fabrizio Meroni, da Pontifícia União Missionária, Ir. Roberta Tremmarelli, da Infância Missionária, P. Fernando Domingues, da Obra de São Pedro Apóstolo, e P. Tadeusz Jan Nowak, da Obra da Propagação da Fé, sobre o carisma, a missão e os projetos realizados pelas OMP. Houve espaço para ver o que cada OMP nacional faz, nomeadamente no Brasil, em Portugal e na Guiné Bissau.

O encontro encerrou com um momento de avaliação, em que os participantes puderam expressar os seus sentimentos em relação ao curso: “Estou a compreender muitas coisas novas e espero poder ajudar a Igreja de Cabo Verde, estando mais desperto para a missão, sentindo o pulsar da Igreja universal”, exprime o diretor nacional P. José Mário Gonçalves. Também o seminarista brasileiro, João Luiz da Silva destacou: “A experiência de estar em contacto com pessoas de outros países enriquece o conteúdo do trabalho, vivendo uma missão intercultural”.

Texto : Fabricio Preto - OMP Brasil
Fotos: João Cláudio Fernandes



Ana Rita Antunes e Pedro A. Neto

As alterações climáticas acentuam as desigualdades entre populações e os seus efeitos são desproporcionalmente sentidos por aqueles que já são mais vulneráveis. A primeira causa destas mudanças tão dramáticas é a emissão de gases poluentes e com efeito de estufa, resultantes da queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural, são os principais). Os países desenvolvidos são os primeiros responsáveis, pois foram os primeiros a queimar combustíveis em larga escala desde a Revolução Industrial. As consequências destas alterações radicais vão ser mais devastadoras nas populações dos países economicamente menos desenvolvidos, onde os recursos financeiros e técnicos são mais escassos e por isso as respostas ou qualquer tipo de solução reativa aos problemas das alterações climáticas vão ser mais difíceis de implementar. Considerando que os Direitos Humanos incluem o direito à saúde, habitação, alimentação, água potável e saneamento, ou seja, a um padrão de vida adequado, podemos então afirmar com toda a certeza que o maior problema ambiental do século XXI tem também implicações nos direitos fundamentais da população humana. As alterações climáticas intensificam fenómenos meteorológicos que afetam diretamente a vida das populações. A Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que estas mudanças globais causem 250 mil mortes por ano entre 2030 e 2050 devido

por exemplo à malária, desnutrição, diarreia e ondas de calor. No mesmo sentido, o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) afirma que os principais impactos sobre a saúde humana incluem um aumento do risco de doenças e óbitos devido a ondas de calor e incêndios mais frequentes e intensos; aumento do risco de subnutrição resultante da diminuição da produção de alimentos em regiões pobres, em resultado de mais fenómenos de inundações e secas; redução da produtividade no trabalho em populações vulneráveis; e aumento dos riscos de doenças transmitidas por alimentos, água e por vetores. As AC devem levar a um aumento dos problemas de saúde em muitas regiões, especialmente nos referidos países em desenvolvimento com menores rendimentos. Os impactos negativos na vida diária entre aqueles com os sistemas de proteção à saúde mais fracos, também reduz a capacidade de indivíduos e grupos de se adaptarem às alterações climáticas. Estas afetam diretamente o direito à alimentação devido, por exemplo, aos impactos negativos na produção e na qualidade das principais culturas e à perda ou alteração da biodiversidade terrestre e marinha. De forma indireta a saúde também é afetada, pelo aumento dos preços dos alimentos e pela insegurança alimentar. De acordo com o IPCC, todos os aspectos da segurança alimentar são potencialmente afetados pelas AC, incluindo o acesso a alimentos e a estabilidade de preços. Até 2080, o número de pessoas em risco

de fome poderá chegar a mais 600 milhões do que num cenário sem AC. Através de uma combinação de causas, como o degelo, a redução das chuvas, a temperaturas mais elevadas e o aumento do nível do mar, as alterações climáticas estão e continuarão a afetar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos, agravando o problema do acesso a água potável, atualmente já negada a cerca de 1,1 mil milhões de pessoas. De acordo com o IPCC, estas alterações, radicais e globais, ao longo do século XXI deverão reduzir significativamente a quantidade de água subterrânea na maioria das regiões subtropicais secas, intensificando a competição pela água entre agricultura, ecossistemas, populações, indústria e produção de energia, afetando a água disponível regionalmente, a forma de produção de energia e a segurança alimentar. Estudos estimam que cerca de 8 por cento da população global enfrentará uma redução severa nos recursos hídricos, com aumento de 1 grau Celsius na temperatura média global (que já foi ultrapassado), aumentando para 14 por cento,

